



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência pública para discutir a “Proposta de Revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, realizada no dia 04 de novembro de 2016, na cidade de São Sebastião/SP.

Realizou-se no dia 04 de novembro de 2016, às 17 horas, no Auditório da FASS – Faculdade São Sebastião, Rua Agripino José do nascimento, 177, Vila Amélia, São Sebastião/SP, audiência pública sobre a “Proposta de Revisão de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, realizada no dia 04 de novembro de 2016, na cidade de São Sebastião/SP. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Ermani Bilotti Primazzi, Prefeito do Município de São Sebastião; Ricardo Rubson, Diretor de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de São Sebastião; Eduardo Hipólito do Rego, Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de São Sebastião; José Evanildo da Silva, Secretário de Obras de São Sebastião–, dos representantes do Poder Legislativo – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Edvaldo Pereira Campos, Vereador pelo Município de São Sebastião –, do Ministério Público Federal – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Dr. Bruno Gios, Assistente do Ministério Público Federal –, do Ministério Público Estadual –, do Poder Judiciário, dos órgãos públicos, da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, dos COMDEMAS –, dos órgãos públicos –, das entidades da sociedade civil –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que compareceram a essa audiência pública sobre a “**Proposta de Revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte**”, de responsabilidade da CPLA/SMA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente”. Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o documento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes

Página 1 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Observou ainda que o regimento interno do CONSEMA não autorizava que se extrapolasse o tempo nele previsto para as manifestações possibilitando, contudo, como sói acontecer, que os oradores se inscrevam conjuntamente, cedendo seus respectivos tempos a apenas um dentre eles. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por um representante da área responsável pela elaboração da proposta em discussão, no caso o autor do projeto, Eduardo Trani, coordenador da CPLA e, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência, na ocasião a conselheira e assessora da CPLA, Lucia Bastos Ribeiro de Sena, a quem convidou para também tomar assento à Mesa Diretora dos Trabalhos. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, havendo saudado os presentes, ressaltou o importante papel desempenhado pelos técnicos do Sistema Ambiental Paulista e pelas municipalidades diretamente envolvidas na concretização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte. Em seguida, apresentou breve histórico do projeto – discorreu acerca de sua relevância, abordando a evolução histórica do processo de discussão de que resultou o documento atual; ressaltou que o ZEE em questão fora criado em atendimento às prementes demandas do gerenciamento costeiro estadual, como resultado das diretivas impostas pela Política Nacional de Meio Ambiente e escoredo na Lei Estadual 10.019/98. Abordou alguns dos principais aspectos relacionados à elaboração da proposta, tais como a questão relativa à conservação da Mata Atlântica, a dinâmica de ocupação do território e suas implicações nos planos demográfico e econômico e o modo como foram levados em conta no projeto os planos de manejo nas áreas de conservação e a agricultura familiar. Lecionou acerca de cada zona concebida no ZEE, exaurindo suas particularidades e especificidades. Alertou para os prazos de recebimento de contribuições ao zoneamento, e antecipou as etapas seguintes em sua tramitação, estabelecendo, em cronograma aproximado, dezembro próximo como prazo limite para a apreciação do documento pelo CONSEMA e, livre de eventuais imperfeições e aprimorado naquilo que couber, encaminhamento ao Palácio do Governo. Passou-se à etapa destinada manifestação dos representantes da sociedade civil. **Thiago**, representante da Associação Amigos de EAD disse que sua manifestação seria feita a partir da leitura de um documento como forma manter a fidelidade ao texto que foi produzido: “Meu nome é Thiago Bambini e represento boa parte dos moradores das praias de Itamambuca, Félix, Promirim e Leo, situados no litoral Norte de Ubatuba. Esclareceu que o grupo vinha nessa audiência para explicitar seu posicionamento em relação à proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado, e destacar os motivos que nos levaram a esse posicionamento. À CPLA: Considerando que Ubatuba representa um patrimônio natural, paisagístico e cultural, únicos, reconhecidos e reverenciados pela população de São Paulo, demais estados e até internacionalmente; Considerando que a Mata Atlântica é um dos biomas mais ameaçados do Brasil; Considerando que a manutenção desse patrimônio natural está diretamente relacionada com a perpetuação e valorização da cultura Caiçara; Considerando que a manutenção desse patrimônio natural deveria ser considerada como um dos principais vetores de desenvolvimento do município; Considerando que os ambientes terrestres costeiros e marinhos são interdependentes e a quebra de um destes elos acarretará em consequências imprevisíveis para o sistema como um todo; Considerando a importância dos serviços ecossistêmicos prestados pela manutenção de um ambiente natural saudável, entre eles o abastecimento hídrico, o controle da erosão, a proteção da faixa costeira e a manutenção da atividade pesqueira; Considerando que estudos científicos realizados nas praias de Itamambuca, Félix, e Prumirim demonstram que diversas espécies de peixes de importância pesqueira e ameaçadas de extinção utilizam essas áreas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como berçário; Considerando que alterações na dinâmica de escoamento da água e sedimentação, do aumento da poluição nas bacias hidrográficas das praias do Félix, Itamambuca e Prumirim teriam consequências imprevisíveis sobre a biodiversidade; Considerando que a Proposta de Zoneamento de Ubatuba não atende a qualquer visão estratégica de médio e de longo prazo para o desenvolvimento social e econômico do município, que seja condizente com patrimônio histórico, cultural e natural do mesmo; Considerando que apenas o crescimento econômico não é uma medida apropriada do grau de desenvolvimento de um município ou sociedade, pois máscara desigualdades econômicas e sociais, não leva em consideração o nível de degradação ambiental ocasionado pelo modelo de crescimento adotado, e portanto, não representa a qualidade de vida da população; Considerando que o zoneamento está diretamente relacionado ao potencial grau de impacto negativo dos empreendimentos imobiliários e Náuticos que pretendem ser instalados no Litoral Norte Ubatuba; Considerando a fragilização do processo de licenciamento ambiental através da sua municipalização; Considerando que a implantação de loteamentos e o adensamento de ocupação nas praias do litoral norte certamente ocasionará mudanças na dinâmica hidrológica, na sedimentação e no nível de poluição destas praias; Considerando que os representantes da sociedade civil de Ubatuba no Comitê da GERCO não consultaram seus representados e operaram na surdina, apoiando nas votações pautas de grupos de interesses específicos, especialmente do setor náutico e imobiliário; Considerando que essa proposta de zoneamento é uma proposta de gabinete, construída de cima para baixo, sem transparência e participação informada da sociedade civil; Considerando que a longevidade do processo e o número de reuniões, supostamente abertas a população, não são medidas apropriadas do nível de participação popular e são utilizados como subterfúgios pelo GERCO para legitimar legalmente um processo não inclusivo; Considerando que a constante utilização pelo GERCO de justificativas técnicas, não explícitas, subsidiadas por bases de dados não compartilhadas e abertas à população, subestima a capacidade da mesma de entender e acompanhar o processo, e é um artifício que promove isolamento e a blindagem da proposta do Estado; Considerando que a negligência do Estado e do Município em assegurar que houvesse um espaço de diálogo adequados, em que o Zoneamento fosse compreendido, debatido e consolidado dentro de cada bairro acabou gerando atrito nas decisões dessas comunidades; Considerando que não há lógica em expandir e adensar a ocupação do território fora da mancha urbana central, em um município que apenas cerca de um terço das moradias são atendidas por sistemas de coleta tratamento de esgoto; Considerando que o adensamento de ocupação acarretará em um aumento da demanda e sobrecarga de serviços públicos dos quais o Município é atualmente carente, principalmente nas estradas e vias de acesso e no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos; Nossas demandas são: o respeito a vocação do patrimônio natural do município, não só um dos mais belos como também um dos últimos remanescentes nesse estágio de preservação no país; o não avanço do saneamento para categorias mais permissivas, em áreas que atendam meramente a interesses financeiros de poucos indivíduos detentores de grandes glebas ou grupos articulados com o poder local, destacadamente do setor imobiliário e náutico; a alteração do zoneamento para categorias mais permissivas, apenas naquelas áreas com comprovado interesse social e consentimento livre e informado a população local, além do estudo técnico abrangente que comprove a viabilidade e verdadeira necessidade de expansão territorial na região. Aproveito também para informar as senhoras e senhores e a quem interessar que não pouparemos esforços para que sejam atendidas nossas demandas. Se não nos manifestamos até o presente momento foi devido à falha do Estado ao não trazer um assunto dessa magnitude e que afetará diretamente a vida de cada morador de nossa região. **Eduardo Melchert**, representante do Movimento de Preservação de São Sebastião disse que trabalha 32 anos formando velejadores para todo o Brasil. Relatou quase ter nascido em São Sebastião e que vem, desde os quatro anos de idade a cidade para mergulhar, inclusive com o pai, e apreciar a natureza exuberante que havia na região. Disse que se acostumou com as modificações e intempéries, ventos fortes, ondas, mares altas e baixas, que incidem em São Sebastião. Todos os tipos de situação meteorológica podem ser

Página 3 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encontradas, diferentemente daquilo que se observa no planalto. Apesar de todos saberem que o mundo está passando por uma enorme transformação, embora muita gente não acredite o aquecimento global, afirmou ser uma verdade que não se pode negar. Exemplificou que Miami, já se encontra debaixo d'água, assim como várias ilhas no Pacífico para as quais não se sabe mais aonde colocar a população. Sumatra está sendo destruída; as florestas boreais dos Estados Unidos estão sendo detonadas, por conta da exploração do xisto betuminosos extraídos através do fractal de carbono. A quantidade de carbono que está sendo queimada atualmente não permite que o planeta tenha a capacidade de recuperar seu equilíbrio. Caso a temperatura do planeta aumente em 2°C, lembrou, já será um grande desastre, e as previsões são que a temperatura atinja 4°C. Disse que gostaria de saber de que forma cada um vem se preocupado com a sua pegada de carbono, e de que forma, por exemplo, cada um se locomoveu para chegar a audiência, e o que tem feito para mudar esse cenário. Afirmou que esses problemas somente serão resolvidos se todos trabalharem de forma consciente e unida. Justificou ter dito tudo o que disse, por não conseguir enxergar no trabalho do Gerenciamento Costeiro o que vai acontecer em São Sebastião, nos próximos dez anos. Lembrou que a três meses atrás, choveu em Maresias, quantidades absurdas que há tempo não se via. E essa intensidade irá aumentar a medida que aumentar o grau de degelo da Groelândia, que é sabido, desaparecerá em 2040. A quantidade de água proveniente desse degelo vai inundar muitas cidades, sendo a realidade esperada para 2025 e para 2050, crítica, em um cenário de aumento de 2 °C da temperatura do Planeta. Questionou, o que estaria sendo discutido dentro do Gerenciamento Costeiro para resolver tal problema. Comentou ter sido publicado, durante a semana, um trabalho do ITA, sobre a vulnerabilidade da região e o quanto seremos afetados no cotidiano, questão importante que não são discutidas no Gerenciamento Costeiro que se restringe apenas a delimitar as regiões. Disse que passaria a defender duas dessas regiões, sendo a primeira delas o Porto. Afirmou que a USP, por meio de um trabalho, mostrou que 122 espécies de peixes, 60 de aves e milhares de crustáceos, e animais marinhos da flora do Araçá que precisa ser preservado, e para tanto a área do Araçá, que é um grande repositório de espécies e alterada para Z2 M. E o entorno do Porto, que não foi mostrado em nenhum ponto da apresentação, permite o lançamento de efluentes industriais e zona portuária, na mesma baía que possui um entorno ecológico extremamente importante. Alertou que se os ecossistemas deverão ser mantidos de forma que o grande absorvedor de CO₂ que é o mar seja mantido. Comentou que a zona do *pier* de São Francisco não pode se transformar em zona industrial pelos riscos que isso envolve, e lembrou que em um dos finais de semana, o *pier* estava completamente submerso. Arrematou que, caso não ocorram mudanças de hábitos e consumo e na capacidade de planejar o futuro, coisas terríveis irão acontecer no litoral Norte. **Nilton Pequeno**, representante da colônia de Pesca Z-14, bairro São Francisco, de Sebastião, após cumprimentar os presentes e os oradores da mesa, disse que veio reivindicar e pedir um pouco de flexibilidade aos que realmente conduzem, mas, não trabalham na pesca. Disse que, desde a década de 80, é pescador assim como foram seu pai e seu avó, e agora também são seus filhos. Relatou que estão passando por um dos piores anos de pesca que já tiveram. Além de não ter pescado faz-se presente uma fiscalização, que dia após dia, e nesse último ano, judia dos pescadores de São Sebastião, Ubatuba, Caraguá e Santos. Comentou terem sido massacrados pelo Florestal e pelo IBAMA. Afirmou que a pesca não traz recursos, mas sim traz problema para o pescador. Disse que não se vê ninguém investindo um anzol na pesca. Contou que seu barco, do qual dependem de 7 a 8 famílias, foi pego há um mês, e assim como o dele, centenas de outros, no litoral. Disse que gostaria que suas palavras chegassem ao Governador e ao Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Os Florestais abordam seu barco do pescador armados, fazendo do pescador um bandido, momento em que levaram o seu aparelho de pesca, arrastões, pescaria, e lhe deram uma multa de R\$ 4.400,00, por empregado. Antes de 2000 foi inventado um tal de TED, o famoso libertador de tartaruga. Disse que adorava e tinha vários animais em casa, principalmente, cachorro e gato, mas disse adorar, principalmente, o ser humano que sustenta e leva o sustento para a sua casa com dignidade, mas que,

Página 4 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

infelizmente, não se vê mais isso na pesca. Afirmou que os homens que conduzem os órgãos do governo não trazem nenhum recurso para pesca, somente tristeza as famílias, o desemprego e fazer as pessoas desacreditarem de sua capacidade de levar o sustento as suas famílias. Disse que não vê no zoneamento uma área sequer de piscicultura, de maricultura ou pesca de cativeiro, apesar da cidade e do estado rico. Reclamou do governo que faz presídio, mas não cria emprego. Afirmou que, em Santa Catarina tem empresa com 4 mil pessoas vivendo do mar e dando dignidade e faculdade e aos seus filhos, que estão fazendo biologia, que são inteligentes e querem um futuro melhor. Reclamou ter de cumprir regras, ditadas pelos americanos que, por sua vez não as cumprem, sendo os maiores poluidores do mundo e vem descontar nas pessoas que aqui trabalham. Solicitou que as autoridades presentes, com esse vídeo gravado, fossem até o governador para relatar que tem muitas pessoas passando fome, por esse tal de zoneamento que nada traz para os pescadores. Disse que, por conta do rico e maravilhoso empreendimento de bilhões, a pesca morre a cada dia que passa, e que não os pescadores não possuem representação e sim, pessoas que os condenam e fazem deles, um bandido a cada dia. **Marcos Couto**, representante do Instituto Ambiental Porto Azul demonstrou sua satisfação em encontrar todos que estavam participando da audiência a quem parabenizou. Disse que apresentou algumas das suas preocupações na audiência de Caraguatatuba e agradeceu ao Coordenador da CPLA e da Educação Ambiental, Eduardo Trani, por ter considerado boa parte delas. Disse ter ficado muito preocupado com essa informação final. Remontou à época do início do desenvolvimento do gerenciamento costeiro que teve seu início em 2000 e após três tentativas, chegou-se a quarta em 2004, da qual participou. Obteve-se, portanto, o primeiro documento do Brasil, o primeiro decreto de gerenciamento costeiro durante no qual cometidos uma série de erros, mas também uma série de acertos. Disse que faz parte da nova gestão que começou em 2010, no qual foram feitas 72 reuniões que correspondem a 400 horas de trabalho. Reportou-se ao mecanismo da audiência pública que foi feito para a Rodovia dos Tamoios para dizer que não é o mesmo procedimento que, está sendo seguido para o tema de hoje. O procedimento que hoje se segue fraciona a audiência em quatro fases que dizem respeito ao Decreto do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte que é dividido dessa forma por questão logística e operacional, com o propósito de envolver as quatro cidades. Esclareceu que essa audiência pública não está sendo feita para a CPLA, nem para SMA, nem para o Governo do Estado, mas, sim, para o conhecimento do grupo setorial do gerenciamento costeiro. Trata-se de um grupo criado pela Lei Estadual de 1998, na qual se determina a criação, pelo governador, de um grupo tripartite, formado por representantes do Estado, representantes dos Municípios e representante da Sociedade Civil que tem a tarefa de elaborar o Gerenciamento Costeiro e o plano de ação e de gestão, conforme foi apresentado, mas que também tem a tarefa, de na hora adequada, de fazer a revisão disso. Então as audiências públicas colhem as contribuições favoráveis, contrárias, complementações e suplementações, das sociedades dos quatro municípios. Esses materiais são encaminhados a quem, tem a competência de fazer a revisão e a quem tem essa competência é o Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro. Afirmou que quem tem que ouvir o que os presentes concordaram ou discordaram, é quem tem a competência para entregar ao governo do Estado, a proposta revista, depois das audiências públicas. Depois das audiências públicas, a CPLA tem a tarefa, como sociedade executiva, de fazer à compilação das manifestações de todas as quatro cidades, dos textos e de mapas. Após essa compilação, marca-se uma reunião do grupo setorial do gerenciamento costeiro para que ele se manifeste sobre essas modificações e posteriormente devolver a CPLA que encaminha a proposta ao Grupo de Coordenação Estadual, para que se dê a sequência ao caminho. Esclareceu às muitas pessoas que o procura de que é na audiência pública que o processo se encerra e vai para o Estado. Mas não é desta forma, pois quem tem a competência para fazer a revisão, não é um departamento do Estado e nem é o CONSEMA, mas essa competência é do Grupo Setorial que foi instituído por Lei para fazer isso. Completou que, no processo de 2004, do qual fez parte, assim como diversas outras pessoas presentes na audiência, foi exatamente dessa forma que foi feito o encaminhamento, pois quem tem que ouvir a sociedade, é o grupo setorial que assina a responsabilidade de atualização do Decreto revisor. Desta forma, voltou a falar sobre



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esse assunto, pelo fato de muitas pessoas tê-lo procurado com dúvidas sobre esse procedimento. Questionou o coordenador da CPLA se, de fato, o Grupo Setorial terá conhecimento de todas as contribuições encaminhadas pelas quatro cidades. **Edson Lobato**, do Instituto de Conservação Costeira, cumprimentou a todos e a coordenação dos trabalhos. Disse que é possível perceber que seguramente, esse é o resultado de um processo que buscou conservação, de no mínimo 60%, ou seja, está mais conservado do que era há anos atrás, quando, por meio de muitos embates, por falta de coordenação interna SMA e sobretudo, por falta de estabelecimento de critérios claros, permitiu-se que ocorresse uma guerra de foice no escuro. Comentou ter utilizado essa imagem como forma de mostrar a situação que vivenciou no âmbito deste grupo setorial. Como disse Marcos Couto, explicou de um grupo tripartite, do qual participam agentes Municipais, os agentes do Estado e os Agentes da Sociedade Civil. O que se viu, o que se apresentou e o que se defendeu para o Litoral Norte, até pouco tempo atrás, era algo absurdo, em termos de proposta de industrialização, sobretudo em Caraguatatuba, fato também observado em São Sebastião, além da proposta de urbanização em áreas incabíveis. O alinhamento entre alguns membros da sociedade civil e do Ministério Público, e mais alguns agentes municipais, e também em função da Coordenação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, conseguiu-se resgatar bastante essas áreas que estavam sendo rifadas para urbanização, mas sem critérios e nem conceitos técnicos que justificassem essas propostas. Então disse que essa proposta, não agrada a todos, mas permite que se ajuste algumas áreas que ainda podem ser um pouco mais conservadas ou áreas que podem ser mais flexibilizados, desde que haja justificativa técnica. Relatou que a orientação técnica e jurídica que recebeu da Assessoria Jurídica da SMA permitiu o avanço do formato projetado. Perto do que era, afirmou, já ter se atingido um resultado muito bom. Então, afirmou, ser esse o momento do ajuste, que acredita será bastante beneficiado pela tecnologia de imagem, cuja discussão poderá ser realizada no Grupo Setorial, conforme mencionado por Marcos Couto, e pelo CONSEMA, com alguns representantes da cidade civil, dos agentes municipais e do Estado, de forma que se possa discutir e decidir, mas, com base em critérios e conceitos técnicos e legais. Como membro do Grupo Setorial, argumentou, ficará muito à vontade, juntamente com os colegas representantes de grupos que defendem a sociedade civil como daqueles que estão alinhados a interesses coletivos. Registrou que sobre esse processo participativo houve muita discussão e embate e que o resultado final, em sua opinião foi bom e pode melhorar ainda mais, a partir das manifestações e documentos protocolados. **Luís Eduardo Araújo**, Presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Sebastião, declarou que por meio de sua manifestação, que passaria a ler, expressaria a vontade da maioria da classe que representa: “Entendemos que a proposta não cumpre o seu ideal de prever o desenvolvimento e o crescimento ordenado do Município, visto que as linhas de zoneamento foram determinadas basicamente através das fotos atuais de ocupação, não levando em consideração a expansão urbana. Assim, teremos novamente uma legislação utópica que, por falta de áreas destinadas à expansão, terão sua ocupação desordenada, tornando-se o Município obrigado a regularizá-las através das Zonas de Especial Interesse social, e, mais uma vez, todo o trabalho e esforço do grupo terá sido em vão. Reiteramos nosso pedido para que os trabalhos conclusivos de atualização do Decreto do Gerenciamento Costeiro sejam efetivamente concluídos, recebendo e integrando novos itens que esclareçam: 1º) que as áreas de interesse público municipal devem ter a taxa de ocupação livre, independentemente da zona em que se situam, e que, no caso de empreendimentos particulares para moradias populares, com a anuência da Prefeitura, se estenda esse entendimento; 2º) que as áreas de compensação poderão ser indicadas em zonas e bacias diferentes do local do empreendimento; 3º) que as Zonas 1, 2 e 3 devem permitir o desenvolvimento de atividades comerciais, residenciais e de parcelamento do solo, pois caso contrário, ficará inviável para o proprietário manter essas áreas protegidas; 4º) que, com a grande ocupação e crescimento da cidade, deverá promover-se uma revisão antes de se passarem dez anos, quando se realizará a próxima etapa do gerenciamento costeiro; 5º) e, por último, serem referendadas essas propostas, elas deverão ser



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encaminhadas pela Administração Pública Municipal à Coordenadoria da CPLA, pois, no nosso entender, a mesma apresenta uma equilibrada e adequada revisão dos usos e atividades do território do Município”. **Alexandre Eiji**, pescador amador e advogado da Associação Paulista de Falcoaria, argumentou que, primeiramente, gostaria de agradecer aos idealizadores desse trabalho, que, como se sabe, foi muito bem-elaborado, e, embora possua algumas falhas, poderá ser revisado. Inicialmente, observou, cabia informar aos que não conhecem a pesca submarina, ser esta uma atividade não-predatória, não-comercial, seletiva e de subsistência, para cujo desenvolvimento, o pescador amador aplica técnicas de mergulho em apneia, e que estudos internacionais, especificamente liderados pelo governo australiano, apontam que a pesca submarina é uma das modalidades de pesca que causa menor impacto no meio ambiente. Declarou que não se poderia deixar de oferecer informações sobre a Instrução Normativa Interministerial nº 9, de 2012 que regulamenta a prática da pesca amadora. Afirmou que essa lei limita a captura e o transporte de 15 quilos e de mais um exemplar por pescador. O atual Decreto 49.215, de 2004, por sua vez, prevê e define a pesca submarina como pesca amadora. Observou que a mesma legislação permite a pesca amadora nas zonas marinhas Z2 M, Z3 M e Z4 M e Z5 M, e que, a minuta do atual Decreto do ZEE permite a pesca amadora na zona Marinha Z2 M, porém deixou de incluir o mergulho em apneia, uma das modalidades da pesca amadora. Não havendo qualquer justificativa lógica, técnica para supressão do mergulho em apneia zona Marinha Z2 M, disse passaria a requerer a inclusão do mergulho em apneia nesta zona marinha, bem como em todas as áreas onde é permitida a prática da pesca amadora. Oportunamente, será requerida a inclusão da modalidade mergulho em apneia na zona marinha Z1 M, haja vista se tratar de uma modalidade menos predatória do que a pesca artesanal que já é permitida na zona marinha Z1 M. **Fernando Puga**, do Partido dos Trabalhadores, disse que sua questão era simples. Disse acreditar que se vive em um momento em que a sociedade civil e o povo como todo, não acredita nas instituições e no ambiente político atual. Afirmou que aquilo que está sendo decidido na audiência, tem um valor muito grande e é de interesse de muita gente, de empreendedores da sociedade civil. Disse que era inteiramente favorável ao que colocou Marcos Couto e que estava aguardando a resposta, mas que acreditava muito nesse grupo da sociedade civil, e se sentia representado pelos seus representantes da sociedade civil que trabalham de maneira voluntária, a quem agradeceu o empenho. Então reforçou a questão exposta por Marcos Couto, que esses adendos todos e que todas as propostas de revisão sejam analisadas pela Comissão Tripartite, que envolve essas pessoas e que vai legitimar e dar muita força para decisão do Gerenciamento Costeiro. Sugeriu a Marcos Couto que levasse uma discussão mais aprofundada naqueles pontos que forem cruciais, e que envolvem interesses maiores, por exemplo, que se faça uma discussão específica a respeito da questão portuária e da nomenclatura que foi definida para ela e, que se faça uma audiência pública, específica para isso. **Juani Antônio Palmeira**, do Clube Náutico Barequeçaba, apresentou-se como proprietário de um empreendimento náutico em Barequeçaba, há 30 anos. Disse que tem 67 anos e, quando tinha 37 anos, a Náutica Barequeçaba iniciou suas atividades. As atividades da Náutica, hoje, foram transformadas em clube, a pedido da prefeitura municipal, há 4 anos, passando a denominar Clube Náutico Barequeçaba. Relatou ser a atividade é muito preocupada com a sustentabilidade, com o meio ambiente, e por essa razão, formulou um pedido, principalmente dirigindo ao nosso prefeito, pois há dez dias foi interditado pela prefeitura, a pedido dos ilustres Promotores Públicos. Relatou ter sido orientado a transformar a garagem náutica em clube náutico e destacou que ao longo desse processo a prefeitura concedeu o alvará para o clube náutico e deixou a atividade funcionar como clube. Ressaltou encontram-se instalados no local, desde 1986, antes da lei que saiu em 1987, e a prefeitura emitiu o primeiro alvará do empreendimento em 1988 e o segundo alvará em 2002. Dirigiu um apelo aos ilustres Promotores Públicos que estavam presentes e são os zeladores da lei. Se um munícipe apenas pediu para interromper a atividade da garagem náutica, hoje clube náutico, questionou se a lei pode retroagir, se o empreendimento foi instalado antes da lei. Apelou aos promotores, que analisem com carinho esse fato, pois se é para cumprir a lei e, se o empreendimento

Página 7 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

está instalado, antes da lei, então que se permita que a garagem náutica volte a funcionar como antigamente. Sobre todas as reuniões que ocorreram sobre a mudança de zoneamento, relatou que esteve presente e expôs sua impressão sobre isso. Passou-se a etapa na qual se manifestam os cidadãos e cidadãs em seu próprio nome. **Breno de Luca**, engenheiro civil e trabalhador do litoral norte São Sebastião e Ilhabela, desde 1980, disse ter participado do início do processo de discussão do Gerenciamento Costeiro junto com o Marcos Couto. Naquela ocasião, relatou ter trabalhado durante dois ou três anos, até a formulação do segundo Decreto, que não foi aceito pelo Estado, que alijou todos os participantes da sociedade civil, para trazer novos participantes. Disse ter sido um desses excluídos do processo. Disse gostaria que Eduardo Trani respondesse também a todos os presentes, se após compilados todos os questionamentos e exposições das audiências públicas, esses serão colocados ao Grupo Setorial de forma que o mesmo possa participar também dessas decisões. **João Menano**, passou a leitura de um texto, que ele mesmo preparara sobre São Sebastião: “Preservado, em aproximadamente, 80% do seu território pela presença de Unidades de Conservação de Proteção Integral, com destaque para o Parque Estadual da Serra do Mar, apenas uma estreita faixa do município entre as íngremes encostas da Serra do Mar e o oceano, apresentam algum potencial para o desenvolvimento urbano. Contudo, o desenvolvimento urbano e ambiental deve ser precedido de planejamento, e é sobre isso que eu gostaria de direcionar a minha fala, especificamente no zoneamento terrestre. Como representante e proprietários de áreas na região de Barra do Uma, Praia do Engenho, lá na costa Sul do município, desde 2009 acompanhamos o processo de construção dos do zoneamento ecológico e econômico, com participação nas reuniões que a prefeitura municipal promoveu, com foco a revisão do texto do zoneamento, elaborado em 2004. Assim, no final de 2004, após longas reuniões e muita discussão, o município encaminhou a proposta que previa a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que permitia o desenvolvimento econômico e social da região. Aquela proposta de 2014, também seguiu como referência as discussões do Plano Diretor de São Sebastião, o qual permanece pendente de aprovação desde 2011, pois deve ser compatível com o que será definido aqui nesse zoneamento. Dessa forma, o Município, até hoje, segue as diretrizes do Plano Diretor de 1997, ou seja, são praticamente 20 anos, seguindo uma legislação que nada mais tem a ver com a situação atual do Município. Esse Plano Diretor de 97, apesar de antigo e, portanto, inadequado para os dias de hoje, contemplava na visão de planejamento um conjunto de normas que possibilitariam algum desenvolvimento urbano, não fosse a promulgação do Zoneamento Ecológico Econômico de 2004, uma iniciativa piloto, o primeiro a ser desenvolvido no estado de São Paulo. Essa região do litoral Norte serviu de balão de ensaio para os demais zoneamentos ecológicos e econômicos que foram desenvolvidos. Cabe lembrar que o Zoneamento Ecológico e Econômico da Baixada Santista só foi publicado em 2013, ou seja, nove anos após esse aqui do litoral Norte e que nos rege até os dias de hoje. Dessa forma, quando falamos de planejamento, é importante destacar que zoneamento ecológico e econômico é uma lei Estadual de abrangência regional e, portanto, o futuro Plano Diretor Municipal deverá ser necessariamente aderente aos critérios e índices aqui expostos, para a aprovação, sob pena de impasse e insegurança jurídica, com reflexos avassaladores no desenvolvimento da nossa região. Como desenvolver o município com uma legislação Estadual que promove tão grande engessamento? Dessa maneira, se nos posicionarmos favoráveis a essa minuta do zoneamento ecológico-econômico, aqui apresentada pelo Estado já sabemos o que podemos esperar da região da costa sul de São Sebastião, nos próximos 10 anos, quando somente então é previsto uma nova revisão. Um bom exemplo é a região da zona sul mesmo. Que empreendimento urbano foi licenciado e regularmente aprovado em Z2, Z3 e, mesmo em Z4, nos últimos anos? Nenhum. Somos pressionados pelo previsível congelamento de áreas propícias ao desenvolvimento urbano por uma potencial barreira legal que as classifica como Z2 e ignora a presença de outros empreendimentos urbanos, a infraestrutura já instalada, rede de energia, coleta de lixo, de transporte público, e agora recentemente, até de saneamento básico pela SABESP. Ignora a presença de oleoduto, de linha de transmissão, de rodovia e de vias de acesso local, que constituem

Página 8 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

atributos urbanos loteadores e que dão a trechos da costa sul uma maior aderência a promoção para uma ocupação ordenada e de menor impacto ambiental e social. Ignora ainda esse zoneamento ecológico-econômico o fato dessa região ser classificada como zona urbana, onde pagamos IPTU, desde 1997. Ignora a ocorrência de trechos de florestas degradadas classificadas, pelo artigo 12 da Lei da Mata Atlântica, como prioritárias para o processo de ocupação, em detrimento às áreas de florestas mais preservadas. Podemos afirmar que o zoneamento ecológico-econômico que temos hoje na região restringiu o potencial desenvolvimento social e responsável do trecho do município e favoreceu as ilegalidades. Quem cumpriu a lei preservou e não conseguiu aprovar seus empreendimentos está, com essa proposta, ainda mais restrita”. **Edvaldo Pereira** apresentou-se com caçara, canoeiro, compositor de música e lutador pela Araçá motivo pelo qual foi escolhido como um dos Guardiões do Araçá. Disse que não vê, hoje, o Araçá ser incluído como uma Z5, como aquela zona industrial, que tem alargamento de *pier* e empreendimentos que possam ser avantajados para dentro do mangue e até mesmo ser uma faixa escura, como foi citado no começo. Uma faixa envoltória do porto, como aparece no mapa, uma faixa onde pode ser feita dragagem, a utilização de mecânica em marcações, troca de óleo. Ou seja, somente o ato de estar dragando o lado esquerdo do porto já faz com que aquele terreno flácido, de sedimento lamoso, seja levando para dentro do canal, juntamente com toda a biota, toda a vida que tenha ali. Destacou que hoje o nosso manguezal é muito pequeno. Relatou ter nascido dentro do mangue do Areão, onde foram aterrados mais de 212 mil m² para a criação de um porto, isso entre os anos de 85-86, quando era criança, com a explosão do Morro do Outeiro, dentro da Petrobras, com nenhuma finalidade à época. Com 30 anos de aterro, mais de 200 m², como disse, de uma área que está jogada. Portanto, acha que se tiver alguma coisa para crescer tem crescer ali dentro e não crescer para dentro do Araçá. Sobre as nossas condições climáticas, relatou que na semana passada ocorreu um extravasamento da maré, que subiu em um nível muito grande, entrando até dentro da cidade, alagando o píer, e deixando sem condições de uso. Um local onde se fica a 3 metros acima da maré, foi totalmente coberto. Portanto, ressaltou que se deve tomar muito cuidado e classificar o Araçá como Z2 M e não virar um Z5, não pode virar uma zona industrial. Topolândia, Olaria e Itatinga, da mesma forma. Disse que para ele, esse zoneamento costeiro que está vindo causa a depreciação do meio ambiente no litoral norte de São Paulo, porque muitas dessas áreas onde hoje estão previstas serem *piers*, marinas e essas coisas aí, passam por áreas tombadas pelo CONDEPHAT, pelo IPHAN, pelo patrimônio histórico. Lembrou-se da existência das quadras tombadas no centro de São Sebastião. Destacou que a chegada de uma marina que é pública, com junto com a iniciativa privada, irá tamponar, proibir vai proibir se veja a Ilhabela. Portanto, solicitou que se tome muito cuidado e atenção com esse zoneamento costeiro. Outro ponto falado sobre a pesca submarina, que pratica desde criança, explicou ser uma pesca difícil de fazer, muitas vezes que se consegue fazer 4 vezes ao ano porque dependemos da nossa saúde, de condições marítimas, sendo, portanto muito difícil de praticar e, por consequência, muito difícil de impactar o meio ambiente. **Tatiana Araújo** como cidadão, que se preocupa com o desenvolvimento sustentável litoral Norte, disse que gostou muito de ouvir, de toda a equipe do GERCO, que todas as propostas apresentadas aqui foram baseadas em estudos científicos, em trabalho técnico. Disse que veio trazer uma proposta de revisão baseada em dois estudos científicos, um deles se relaciona a baía do Araçá. Acha que o trabalho da GERCO deve levar em consideração o estudo, extremamente detalhado, feito pelo Projeto Biota Araçá que mostrou realmente a importância de conservação da baía do Araçá para todo o nosso ecossistema aqui da região e que resultou em um livro que resume todo o trabalho extenso dos cientistas. Tal proposta leva a repensar a região para Z2 ME para a baía do Araçá. A segunda proposta é baseada no trabalho também científico, publicado recentemente pelo ITA, que mostra as áreas de vulnerabilidade de todo o nosso litoral norte. Esse estudo científico também é muito importante que seja levado em consideração também para qualquer gestor público que pensa numa gestão responsável de urbanização da área, o qual mostra, realmente, onde ocorrem as áreas de risco pela elevação do nível do mar e pelo aumento da intensidade das chuvas. Acredita que esses dois trabalhos podem

Página 9 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contribuir com a revisão do trabalho da GERCO e colaborar com o desenvolvimento sustentável para a região. **Joice Michelucci** disse que reforçaria a fala do Eduardo, do Evaldo e da Tatiana, sobre a baía do Araçá para que sejam levados em consideração os trabalhos científicos feitos nessa baía. Destacou que a classificação dessa área deve ser revista para Z2 ME. Também com relação ao zoneamento terrestre, disse que não se quer a ampliação da área industrial, pois se essa área é tão importante para ser preservada, não faz sentido ser classificada como área terrestre Industrial, pois prejudicará todo o ecossistema. Disse que também não achou coerente a alteração da Foz do Barra do Una, que toda a área marinha entre Marés está como Z2 M e a Barra do Uma, é modificada para Z2 4M. Acredita que tal alteração não faz sentido, apesar de ser uma área de preservação ocupada, a foz ainda está preservada. Inclusive ela é um cartão postal da paisagem lindíssima. Portanto, ela tem essa importância e tem que se tomar mais cuidado. **Isonaide Sales**, moradora do Varadouro disse não concordar com o que está sendo feito porque se ali virar uma área industrial, no momento em que for canalizada, como foi dito, a baía do Araçá irá acabar. Já foram feitos estudos, que comprovaram ser essa baía um viveiro não estando morta e portanto, não pode ser aterrado pelo porto. Dissertou sobre as consequências decorrentes das enchentes que assolam certos bairros de São Sebastião e as o impacto previsto pelas alterações que são pretendidas. **Fernanda Terra Stori** parabenizou o trabalho que vem sendo feito e revelou que acompanha o trabalho do zoneamento costeiro, desde 2006, na Baixada Santista e posteriormente, também, no Litoral Norte. Disse que lhe chamou a atenção às questões do zoneamento marinho especificamente quais seriam os critérios que são utilizados para elaboração desses zoneamentos marinhos. Disse que vem estudando essas reuniões como ouvinte, e percebeu que há um detalhe que se deve observar, que até agora não foi falado, mas que levou a se pronunciar como cidadã e pesquisadora do Instituto Oceanográfico, da USP. Então, disse faria a comparação da sobreposição de zoneamento marinho do Estado de São Paulo, com o gerenciamento costeiro das APAs Marinhas. Explicou que todo o litoral do estado é composto pelas três APAS marinhas, o zoneamento ecológico-econômico da Baixada Santista e do litoral Norte. E ao se observar, nota-se a sobreposição da área da APA Marinha, Centro e a do Litoral Norte, ou seja, o zoneamento marinho do litoral norte, se sobrepõe ao zoneamento marinho do litoral centro. Então, disse acreditar que esses detalhes vão ser revistos pelo grupo porque é uma questão bastante importante, quando se percebe que zonas de diferentes categorias e que permitem usos e atividades diferentes estão sobrepondo, interfere, principalmente, naquilo que o senhor da pesca colocou, gera insegurança jurídica para os pescadores. Eles não sabem se eles estão numa Zona 3, no litoral centro ou numa Zona 2, do litoral norte. Destacou haver também uma zona sobreposta correspondente a área na frente do Montão do Trigo, para o qual não se tem regramento nenhum. Disse acreditar que a tecnologia avançou, o Zoneamento da Baixada Santista foi feito com uma tecnologia diferente, um grupo técnico e da sociedade civil diferente, que tiveram um ou outro entendimento para essa zona de profundidade 23,6 m, que deve ter uma continuidade aqui para o litoral norte. Disse acreditar que terá oportunidade de conversar mais sobre as questões que expôs. Concluiu que também é pesquisadora do projeto Biota FAPESP do Araçá, que todos citaram durante a audiência, onde já foi identificado mais de 1400 espécies existentes na baía do Araçá. Então a baía do Araçá, que hoje é uma Z2 M, tem características de zona Z2 ME, como todas as enseadas costeiras estão sendo classificadas como Z2 ME, uma zona entre marés que é bastante extensa, correspondente a mais de 1.500m de extensão, entre marés. Ela está classificada como Z3 e deveria ser classificada como Z2 M. A área do Araçá, dos bairros Varadouro e Topolândia, que eram Z4 e viraram Z5. **Melissa Vivacqua Rodrigues**, moradora da Ilhabela e também pesquisadora da UNIFESP e do Projeto Biota Araçá disse que queria chamar atenção, de que quando se está atribuindo cores aquelas áreas, a qualidade de vida dos moradores locais estão sendo influenciadas. Disse ter lhe chamado muito sua atenção duas questões já colocadas, sobre a região do Araçá e, principalmente, da Topolândia, classificadas como Z5. É interessante quando se olha a região, seus moradores que vão aos poucos se submetendo a riscos crescentes de morar no entorno da Petrobras, de atividade extremamente poluidora, que traz risco à saúde e

Página 10 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

influencia a qualidade de vida dessas pessoas. E, esses riscos, não são sentidos de maneira igual, são desiguais. A comunidade local sente de maneira intensa os efeitos e os impactos desses empreendimentos locais, tanto do porto quanto da PETROBRAS. Portanto, aquela região não pode ser Z5. Portanto, acredita que é fundamental levar em consideração, nesse momento da audiência, o desejo e o sonho que as pessoas querem para o lugar onde vivem, onde moram. Também em São Francisco lhe causou espanto, ser classificada como uma Z5 OD pois tem conversado com os pescadores ali da região. Essa visão de futuro, daqui a pouco não terão mais razão de existir pois porque muito já terão saído da orla, para morar no morro do Abrigo, em outras localidades. Enfim chamou a atenção de que São Francisco, uma região, um bairro importantíssimo, do ponto de vista do patrimônio cultural e paisagístico que não poderia ser uma Z5 OD, e sim Z4. Acredita que não se pode mais abrir para a especulação imobiliária, para outros empreendimentos extremamente impactantes. **Luiz Eduardo Mariz**, engenheiro florestal e técnico ambiental disse que gostaria destacar para um detalhe da lei, na qual se define os aspectos e os critérios que são permitidos em Z4 e Z4 AD e que em tese não prevê, por exemplo, o potencial de movimentação de terra nessas áreas. Outro aspecto que disse gostaria de trazer para a discussão são os dados do SEAD de projeção populacional que mostram que São Sebastião atingirá 10.000 residentes efetivos, até 2025, sem contar as pessoas que passarão os finais de semana. Em 2030, a ampliação será de 18% da população, então é importante, que o ZE contemple em sua análise, de uma maneira geral, zonas para a expansão urbanas, zonas que permitam, de alguma forma a absorção dessa população. Disse que identifica, na região da costa sul, trechos que estão classificados como Z 2, desde 2004, e que historicamente, já sofreram alterações; há trechos com vegetação não necessariamente preservada; trechos com infraestrutura urbana significativa; com viário; com drenagem; e uma série de outros aspectos que favorecem o potencial de ocupação desses trechos, e a preservação daqueles que, essencialmente, precisam ser preservados, e que ficam mais no fundo, exatamente desta dessa região. **João Roberto Rodrigues** apresentou-se como engenheiro ambiental que trabalha há 40 anos com meio ambiente, dentre os quais 25 na CETESB/SMA. Disse que uma das poucas vantagens de ter cabelos brancos é poder acumular um pouco de história e de experiência. Disse passaria algumas informações que lhe parece relevantes. No início da década de 80, relatou que a CETESB desenvolveu um trabalho de zoneamento ambiental no município de Ubatuba, que resultou numa série de metodologias para caracterizar a sensibilidade ambiental dos vários compartimentos do município, sendo essa base subsídio para elaboração da lei de uso do solo do Município de São Sebastião. A CETESB foi contratada pela prefeitura de São Sebastião, para coordenar o zoneamento ambiental que originou um projeto de legislação de uso do solo, submetido à Câmara Municipal, com base naqueles instrumentos utilizados no zoneamento de Ubatuba. Destacou como sendo síntese disso que as propostas que feitas à época, levaram em conta, basicamente, a capacidade de suporte que cada compartimento dos municípios; as tecnologias de saneamento disponíveis; as características do meio físico e do meio biótico; e os aspectos socioeconômicos dos municípios. No final da década de 90, a legislação trouxe um novo instrumento, enquanto o zoneamento ambiental constituía-se em uma carta de sensibilidade ambiental com o apontamento dos ambientes mais sensíveis ou menos sensíveis a atividade econômica e às ocupações. Ou seja, foi agregado à carta de sensibilidade ambiental, um aspecto que é fundamental que é o desenvolvimento das atividades econômicas. Então, o que se pretende, o que se propõe é que haja uma compatibilização desses elementos: preservação ambiental dos sistemas ecológicos, extremamente importantes e vitais, com a preservação e a possibilidade de desenvolvimento econômico das comunidades. Sua sugestão, que será feita por escrito na próxima semana é que, principalmente, na costa sul de São Sebastião, especificamente no extremo sul, haja uma reavaliação dos aspectos que são propostos, levando em conta a sustentabilidade econômica dessa região. Não podemos pensar que essa população toda que reside no sul do município de São Sebastião, possa ter a sustentabilidade com base nas atividades aqui da cidade. Trata-se de um município extenso com um único eixo de ordenamento que é a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

rodovia BR-116, com grandes atrativos que são as praias maravilhosas e a própria natureza muito vigorosa, que tem atrás dessas praias. Este é um aspecto que tem que ser levado em conta e discutido. Disse acreditar que a proposta, que se pretende fazer, poderá ser melhor debatida, com mais detalhes e informações, no grupo setorial. Resumiu que a mensagem que gostaria de passar é que haja maior compatibilização entre essas duas linhas de pensamento que é a base do ZEE. **Rita Maria Borges Franco** disse que tem acompanhado, há tempo, os trabalhos do grupo, e que gostaria de fazer algumas considerações dado que o processo de consulta pública continua em andamento. Destacou ser do conhecimento de todos, que o ZEE, enquanto instrumento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, tem por objetivo racionalizar o uso dos recursos naturais, visando sempre o desenvolvimento sustentável. Na forma da Lei isso se dá por meio da compatibilização dos usos e atividades humanas, em busca da harmonização de todos os interesses existentes, sem prejuízo das competências conferidas pela Constituição para os municípios. Resumiu como sendo este o espírito, da verdade, harmonização e compatibilização que deve guiar o enquadramento das zonas, no contexto do ZEE. Afirmou que é certo que a dinâmica de ocupação do território e as metas de desenvolvimento socioeconômico e de proteção ambiental serão alcançadas somente dentro das formas previstas em regulamento e por meio da compatibilização do ZEE com os Planos Diretores Municipais. Frisou que o ZEE vai muito além da delimitação de unidades territoriais, homogêneas, sendo essa vinculação com o planejamento municipal, indiscutível. Por último, disse que gostaria de registrar, que o zoneamento, enquanto delimitação ordenada do território, jamais afastará a obrigatoriedade, do devido licenciamento ambiental, sendo óbvio que todas as restrições, previstas em lei, principalmente a legislação Florestal, deverão incidir. Informou que seus breves comentários, apresentaria, por escrito, dentro do prazo regimental. **Luiz Costa Neves**, morador do município, há 41 anos, disse ter interesse em participar da discussão na qual se tenta preservar a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Revelou que era representante de uma família antiga da região com o propósito de solicitar uma pequena revisão do plano de gerenciamento, especificamente relacionada à praia de Toque-Toque Grande e de Pitangueiras. Para tanto, relatou que apresentaria dois diagnósticos ambientais, elaborados por um engenheiro, mostrando que a área, pedido dessa revisão, está totalmente antronizada, sem nenhuma característica de Mata Atlântica, e com ela se poderia atender tanto às necessidades de desenvolvimento do município, como a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida. Pediu que a mesa diretora, ao encaminhar a solicitação a qual havia se reportado, fosse incorporado na análise a ser realizada tendo em vista que pode ser, inclusive, auferido tecnicamente, pelo *Google Maps* tratar-se, de fato, de uma área sem nenhum vestígio de Mata Atlântica. **Leonardo Juinji Kajiya Chagas**, natural e morador de Sebastião disse que acha muito legal que todas pessoas, mesmo aquelas que não fazem parte de nenhuma associação, possam se manifestar como cidadãos. Disse que é muito contrário a esse novo sistema de zoneamento que está sendo apresentando, principalmente para a área da baía do Araçá e da Topolândia porque serão muito impactados pelo escoamento dos dejetos das indústrias que acabarão sendo levados para baía do Araçá. Tal situação, afirmou, irá influenciar diretamente o meio biótico do local, e também a faixa costeira do bairro São Francisco. Destacou tratar-se de uma área muito antiga de Sebastião constituída por um centro histórico e cultural. Ao colocar uma área de industrialização ali, não seria coerente. Também apontou que a mudança do zoneamento da praia do Porto Grande, alterada para Z 4M, classe náutica 4 e 5, será muito impactante para não somente para os animais e os peixes, mas também para os moradores, assim como ele. Reclamou que a paisagem do mar será substituída pela visão de um monte *piers* flutuantes e estruturas que sustentarão o porto e centenas de enormes embarcações. Por esses motivos e como morador manifestou-se contrário às alterações pretendidas. **Rodrigo Campos**, morador de Toque-Toque Grande e arquiteto que atuou no poder público, até 2008, disse falaria sobre sua região. Observou que a mancha de ocupação humana está progressivamente aumentando em Toque-Toque Grande, mas observa-se em mapa que ainda existe uma área muito grande possível de ser ocupada. Solicitou fosse dada atenção muito grande para a

Página 12 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ocupação dessa área nobre que é um corredor da Mata Atlântica e de única interligação com o Mar de Toque-Toque Grande até Pitangueiras, na qual se observa inclusive a ocorrência de famílias de bugios. Disse que existe uma fazenda de coco nesse local e o proprietário tem interesse de urbanizar essa área. Desta forma, solicitou que se tenha muita cautela e muita restrição com essa área que tem até Patrimônio Histórico com um Moinho, e é a única região de planície com área de manguezal, por onde se dá o escoamento de animais silvestres. **Jorge Mário Tanaka Carvalho**, arquiteto, nascido em São Sebastião, disse que por seu amor a cidade sente a vontade de preservar o município, mas que observa que ao longo dos anos a legislação, extremamente restritiva, tem surtido efeito contrário com relação à ocupação, pois ainda sim permite que as grandes obras se instalem no litoral, tanto as do Pré-sal, quanto para o porto e as novas estradas. Disse que os estudos mostram um grande contingente populacional se deslocando para a região, que cresce de 6% a 7%, ao ano. Perguntou onde irá morar toda essa gente, inclusive a de renda menor, se a legislação não permite que se implantem esses tipos de empreendimentos. Essa lacuna faz com que as pessoas ocupem irregularmente o município, e a prefeitura, por conta disso, tem que criar leis para permitir o acesso à água e luz, de forma a criar uma condição mínima para habitação. Afirmou que as mudanças da lei ainda estão muito tímidas, pois não há como propiciar que um morador de Juquery tenha uma casa popular no canto do mar, uma vez que terá que morar perto da onde ela trabalha. Com isso, atualmente, tornou-se recorrente que o morador se instale no morro e nos Sertões, locais próximos ao trabalho e não na orla. Para tanto, deverão ser criadas habitações populares com sistemas de esgoto, água tecnicamente corretos e subsidiados por programas sociais do governo, como o Minha Casa Minha Vida ou correlatos. Existem muitos empreendedores especializados em habitação popular de baixa renda, mas o município não consegue instalar as pessoas simplesmente por uma questão de legislação. Por exemplo, ao se observar o mapa do ZEE, Caraguatatuba é classificada como Z4, Z5, e São Sebastião, em Z4, isso no canto do mar, na Enseada. É necessário, portanto que se tenha uma Z5 OD, em todos os bairros e em alguns pontos dos Sertões. Afirmou não ser necessário impor tal classificação para o sertão inteiro, mas pelo menos para as vias principais, é necessário criar condições para a implantação de habitações de renda mais baixa que vêm para o município e que precisa se instalar. Com relação ao texto do zoneamento, existem muitas situações que não estão claras e que gostaria que também ficasse claro. Uma delas é que se determine o que pode realmente ser implantado na Z2. Destacou que no texto da proposta prevê: “assentamentos humanos dispersos, pouco populosos, com pouca integração entre si”, mas questionou sobre o que essa frase de fato significa, se será permitido o comércio e/ou a residência. Nesse sentido, reclamou que ao longo dos anos, observa-se, que onde nada pode observa-se o estabelecimento de ocupações irregulares, em um processo de favelização. Ao considerar que o crescimento é inevitável, ponderou que a diferença incide na forma com que se dará, ou seja, se de forma ordenada ou desordenada. Questionou qual seria o cenário do gerenciamento costeiro a ser considerado, os últimos 10 anos ou 10 anos futuros. Se, por acaso o que está aparecendo agora são os últimos 10 anos, perguntou onde deverá ser alocada a população que virá para o litoral no futuro. Então, precisamos flexibilizar ainda mais algumas regiões do gerenciamento costeiro. **Caio Amaral** disse concordar plenamente com o que foi exposto anteriormente. Acredita que a pressão que a costa Sul está sofrendo, quanto à sua organização é tremenda. Observou ser a qualidade de vida do morador Boiçucanga péssima e como morador do bairro, reclamou da inexistência de espaços públicos decentes e também de galerias pluviais. Afirmou que os moradores querem, de fato, andar por calçadas bem feitas, uma cidade bem organizada, um bairro bonito, e não um m² na areia para fritar no sol e voltar para casa. Disse ver Ilhabela construindo ciclovias da balsa até o Perequê, mas por outro lado, Boiçucanga não possui nem 10 metros ciclovia. Continuando a comparação, citou que Maresias possui 5 quilômetros de Orla e uma praça pública considerável. Considerando tais diferenças, questionou o que o turista poderia fazer em Ubatuba, se não fritar na areia. No entanto, afirmou que o turista não quer isso, ele quer sair, viver em um lugar bonito, com calçadas e galerias pluviais bem feitas. Por reconhecer que a urbanização



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pública é inadequada no município, apelou aos gestores públicos que revertam essa situação, tanto para o bem estar dos moradores, quanto dos turistas. **Ulysses Miguez**, residente de Ubatuba, disse que participou do GERCO nesses últimos 6 anos e que com a finalização das audiências públicas, disse gostaria de lembrar alguns pontos do texto que ficaram ao ser ver um pouco nublados, como por exemplo, quanto a existência de normas de regulamentação da movimentação de terra e de atividades área terrestre entre Marés, tais como, na Enseada, Perequê Mirim, e outros lugares do Litoral Norte. Com relação a uma unanimidade no grupo, de que a Zona 1, que no caso de Ubatuba, corresponde a 55% depois do parque, questionou se será permitida a hospedagem e a moradia unifamiliar. Afirmou ser a questão da possibilidade de se implantar hospedagem, fundamental, porque se não for permitida, haverá, em cada 20 mil metros, apenas uma mansão de Veraneio. Isso é uma unanimidade no grupo, mas no texto tem duas questões de hermenêutica: uma ao se classificar o que era a Zona 2 assentamentos humanos dispersos, pouco populosos, coloca-se a palavra hospedagem. Pela hermenêutica, se na zona 2 tem hospedagem, na Zona 1, não poderia ter. Com relação ao texto da Zona 1, observa-se a ocorrência do termo ecoturismo, que poderia incluir hospedagem, porém pela abrangência do termo ecoturismo existem várias graduações e, pode-se entender que na graduação da Zona 1, corresponderia a uma recepção para ecoturismo de trilhas ou coisa do gênero, em Ubatuba, com mais de 50 praias. Apresentada essa questão, passou a terceira delas. Lembrou-se da existência de uma lei estadual de ecoturismo que está sob uma ADIN. De acordo com essa lei de ecoturismo Estadual é proibido à existência de qualquer hospedagem. No entanto, tal restrição estaria suspensa pela ADIN. Nesse contexto, afirmou ser unanimidade no grupo, conforme declarou Maria Inez em audiência anterior, que um texto que congrace desde a zona mais restrita, aproximadamente 10% de uso direto, até uma condição de se possibilitar a implantação não somente de moradia unifamiliar, mais algum tipo de hospedagem, o que confere a conotação turística da vocação do litoral Norte. Para completar, disse que gostaria de ouvir de Eduardo Trani e Lucia Sena, se concordam ou não com a proposta unânime do grupo de que, desde a Zona 1, numa região turística como a que se refere, não seja permitida somente a mansões de veraneio, a cada 20 mil metros, mas que se permita, que se instale no litoral, desde a Zona 1, a atividade de hospedagem. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Ricardo Rubson**, da Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura Municipal de São Sebastião, apresentou um breve histórico, dos últimos 6 anos, nos quais se discutiu o gerenciamento costeiro. Disse que representantes de todos os seguimentos que se fizeram presentes nas discussões foram ouvidos paralelamente enquanto o Plano Diretor estava sendo desenvolvido. Foram feitas também, relatou, muitas audiências públicas nas quais várias entidades também foram ouvidas, além daquelas presentes nas reuniões. Com base nisso, conseguiu-se chegar em entendimento sobre um zoneamento Ecológico que pudesse atender o que foi falado aqui por algumas pessoas: o crescimento inclusive populacional da costa sul do município, observado até pelo Ministério Público Federal. Com isso, chegou-se a um mapa, em 2014, no qual se previu o crescimento de área útil, a ser utilizada. O governo do Estado de São Paulo, em 2015, alterou a equipe do ZEE, começando, a partir daí, uma nova rodada, com a execução de 70-72 reuniões, considerando-se apenas as reuniões oficiais. Destacou que além dessas, foram feitas muitas outras reuniões setoriais com o grupo do setor náutico, com o grupo desse e daquele segmento, *pari e passu*, com as audiências públicas do Plano Diretor, o qual se encontra, paralisado na câmara Municipal, aguardando definições do GERCO, de forma a evitar que se editem normas conflitantes. Depois da entrada do novo grupo da CPLA houve a retomada das discussões. Nesse contexto, foram sugeridos alguns acertos e ajustes no mapa que havia sido aprovado na plenária do gerenciamento costeiro. Essas alterações foram feitas e passadas à CPLA que, infelizmente, não sabe por qual motivo, não considerou o mapa discutido na última reunião GERCO. Com o novo mapa apresentado na audiência, surgiram, como pode ser observado, diversas situações a respeito do Araçá, do desenvolvimento da costa sul, e de diversos outros pontos. Disse que os que se manifestaram, durante a audiência, são poucos perto daqueles que questionam particularmente e a cada momento.

Página 14 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Bruno Gios, assistente técnico do Ministério Público disse que falaria e traria uma contribuição técnica sobre um polígono de Zona 4 OD que está sendo proposta para a região da Barra do Uma. Esse polígono, com 442.2 mil ha contém o habitat dos remanescentes florestais de Mata Atlântica, referente ao período 2013-2014, do SOS Mata Atlântica. Relatou que 383.9 mil ha correspondem a remanescentes de vegetação nativa o que corresponde a 86,8% de todo o polígono. Destes, a maioria é formada por vegetação de restinga e o restante, por mata floresta ombrófila densa. Reconheceu que a proposta de Z 4 OD está melhor do que o vigente, que o classifica como Z 4 comum, em que a taxa de preservação é de apenas de 40% e, que foi alterado para 60%. No entanto, observou que tendo em vista, a quantidade de vegetação nativa remanescente, de 86,8%, a sua classificação como Z 4 OD possibilita o desmatamento de 118 ha de mata nativa. Lembrou também que, essa área apresenta os maciços florestais contínuos que se comunicam com o Parque da Serra do Mar e com a terra indígena Ribeirão Vieira, adjacente. De acordo com o mapa 9 do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, que trata de áreas prioritárias para a conservação da avifauna, essa área é indicada como área de prioridade de conservação extrema para a avifauna. Por esses motivos, disse entender não ser coerente que se dê a possibilidade de supressão de cerca de 120 ha de vegetação, em uma área em que a vegetação está preservada, contínua, com parque, terra indígena e sendo indicada no Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar, como prioritária para preservação da avifauna. Disse entender que existem ocupações dispersas, que são, a seu ver, coerentes com Zona 2. **Eduardo Hipólito do Rego**, Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de São Sebastião, disse se sentir muito satisfeito pelo momento presente, especialmente para por ter acompanhado o processo do gerenciamento costeiro desde sua minuta, assim como Marcos Couto e a Lúcia Sena, o Edu e algumas personalidades da região. Disse que tem a honra de participar do primeiro grupo fundado pela Câmara Municipal de Caraguatatuba, nos idos de 1998-99, quando se reuniram pela primeira vez e naquela ocasião, momento em que profetizou que o grupo poderia tentar mudar uma parte da história para o bem, ou para o mau. Afirmou que gostaria de ter uma hora e meia para contar tudo o que aconteceu de lá para cá, mas o fato é que se conseguiu de certa forma chegar a maturidade do processo, a partir de várias rasteiras, algumas institucionais, algumas rasteiras internas, outras externas, mas muita coisa foi construída, e o texto e o mapa obtido, apesar de alguns defeitos, poderá sofrer pequenos ajustes, neste momento. Reconheceu que se carrega muita crítica e uma delas é trabalhar com um mapa de escala 1/50.000, que é muito ruim. Mas assim como muitas das pessoas que o precederam na audiência, alguns pleitos não serão possíveis de serem atendidos por decreto, pois o que está sendo nesse momento, é regulamentar uma lei, que não pode ser alterada. Então, algumas coisas estão de fato engessadas e para se ampliar determinadas coisas, teria que mudar a lei e não o Decreto. Mas dentro dessa linha, mesmo não podendo mudar o Decreto, as Prefeituras, por exemplo, não conseguirão trabalhar com um mapa de escala 1/50.000, por não ser possível enxergar certos detalhes, especialmente no nível de aprovação de licenciamentos, sendo necessário se trabalhar com uma escala maior. Mas isso é interno, pois a Lei prevê a utilização de uma escala de 1/50.000, onde muita coisa. Mas esse é um papel nosso, interno. O ajuste fino será feito aos poucos e, para isso que serve a audiência pública, que tem o papel de trazer a reflexão para uma coisa que já vem sendo desenvolvida há algum tempo, no grupo setorial do qual faz parte. Sobre a maricultura, em que se tem uma determinação ou um glossário técnico no artigo 2º, inciso 2, afirmou que a cubagem permitida inviabiliza qualquer tipo de projeto de geração de renda, assim como, qualquer outro tipo de atividade dentro dessa área, seja com algas, peixes, com crustáceos ou com molusco. Com isso afirmou que algumas das empresas que foram atraídas a se instalar em São Sebastião, já estão pensando em ir embora. Lembrou que, atualmente, São Sebastião é dotado de um laboratório de pesquisa de alevinos de bijupirá, que não se encontra em nenhum outro lugar. Com essa determinação, esse laboratório também deverá ir embora. Da mesma forma irá impactar de forma negativa os incentivos que estão sendo direcionados para que o pescador tenha sua renda. Do jeito que está não será possível progredir, pois o discurso, não será condizente com os nossos atos. Portanto, relatou iria protocolar uma

Página 15 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

solicitação de que se dê um novo texto para a questão da cubagem. Lembrou que o Plano Diretor de São Sebastião foi exaustivamente levado à audiências públicas e posteriormente encaminhado à Câmara Municipal onde foram feitas, novas audiências públicas, pelo menos em três compartimentos dos municípios. Depois de tudo isso, veio a nova equipe para o Sistema Ambiental Paulista, que conseguiram mesmo à época, em que estava tudo travado, desenvolver um ZEE, em 2004. Eles vieram, e de certa forma, conseguiram canalizar, para que pudéssemos chegar hoje na última audiência pública. Disse que essas pessoas e também aquelas do grupo setorial merecem muito respeito. Atentou para o fato de que o trabalho não se encerra nessa audiência, pois tem ainda muita coisa para acontecer e, assim como ele, muitas pessoas protocolaram, ou irão protocolar documentos cuja análise dessas sugestões devem ser acompanhadas pelos proponentes. **Ernani Bilotti Primazzi**, Prefeito do Município de São Sebastião, disse que fazia questão de ficar até o final da audiência para ver as diversas propostas recepcionadas, e que está convencido que o trabalho não vai parar por aqui, pois foram muitas as contribuições positivas colocadas por diversos setores. Disse entender que, realmente, agora nesta fase, os ajustes devem ser colocados e uma nova avaliação do grupo setorial, conforme o Dr. Marcos disse, pois é de suma importância, para que seja feita uma redação final a ser da mesma forma apresentada a todos. Relatou sua preocupação sobre a área útil do município pois, com o mapa atual, perde-se certa de 13% da área útil que havia em 2004. Isso é muito preocupante, até porque, o Plano Diretor que foi discutido, tanto pelo executivo quanto pelo legislativo, já havia considerado a área de 2004. Portanto, no momento que ocorreu essa redução de 13% da área útil, mesmo que exista existir uma pequena divergência de números, é muito significativa. Então, é necessário que reveja essa situação para não ficar prejudicado qualquer plano de expansão populacional que possa se adequar não somente a atual, mas também a demanda futura. Lembrou que tal apontamento é feito desde 1996, por ocasião da lei municipal de uso e ocupação do solo, a qual deveria ser revista, naquele momento, e que forçou a ocupação desordenada, com lotes muito grandes na costa sul, e a população desordenada de baixa renda. Portanto, apontou a necessidade de criar mecanismos de correção, mesmo que o mapa não contemple a possibilidade de se implantar bolsões habitacionais, por meio de uma diretriz municipal. Disse que gostaria que se tivesse essa sensibilidade, da mesma forma que, se vê algumas alterações que são feitas exclusivamente para contemplar a implantação do porto, de uma forma que não deveria ser feita. Observou que vem sendo feitas algumas inserções uma delas é da própria baía do Araçá, como já colocado. Então nesse momento, parece que a questão do meio ambiente foi colocada de lado, meio que abandonada. Destacou que também está sendo demasiadamente rígido com a questão populacional. Precisa ser criada a opção no ZEE, porque se isso não for feito, os próximos gestores ficarão com as mãos atadas, sem poder fazer ou a nova implantação habitacional, ou até a realocação, com a recuperação, quando possível, das áreas já afetadas, quando não, tem que ser regularizada. Então solicitou seja feita essa revisão com a participação do grupo. Solicitou um carinho especial para a questão do Varadouro, que se sabe, pode ser feita uma intervenção diferente, onde possa se ter o esforço de todos, em prol de um desenvolvimento equilibrado. Acredita ser possível discutir uma possível ampliação do Porto, mas não da forma que foi desenhada, por que é necessário considerar a preservação de toda a baía do Araçá. Acredita que devam ocorrer ainda outros encontros, embora seja essa a última audiência, mas por meio do grupo de gerenciamento. Parabenizou a todos que compareceram a audiência pública e deram suas contribuições, que deverão ser consideradas, agora na pincelada final. Passou-se a etapa das réplicas. **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, em resposta a questão formulada pelo Dr. Marcos Couto, sobre os principais degraus de análise aos quais deverão ser submetidos à análise a minuta de proposta em questão, esclareceu que, de fato, a chancela última é do CONSEMA porque a Lei 13.507/2009, prevê que antes da minuta da proposta de decreto ser encaminhada ao Governador, ela passa pela manifestação do CONSEMA. Passou a palavra a **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para que ofertasse seus comentários e esclarecimentos. **Eduardo Trani** afirmou seguiria o mesmo rito das últimas quatro

Página 16 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiências, respondendo, de forma objetiva, as perguntas dirigidas a mesa e a conselheira e assessora da CPLA, Lucia Bastos Ribeiro de Sena faria o fechamento, com as considerações globais relacionadas as questões de mérito. Afirmou ter sido uma audiência pública muito representativa, e agradeceu ao empenho, inclusive do próprio Prefeito que ficou até o final demonstrando interesse da Municipalidade em relação ao tema, e também à participação bastante importante da sociedade civil, de várias áreas que vieram reivindicar suas necessidades. Destacou ter ficado claro o interesse que São Sebastião tem quanto ao seu desenvolvimento sustentável, tanto para as áreas críticas, que têm que ser mais protegidas, quando para as áreas que devem ser destinadas ao desenvolvimento ou para a expansão urbana. Entretanto, disse que gostaria de aduzir ter sido a fala do Prefeito bastante clara no sentido, do ponto de vista da questão técnica. Afirmou que a condução do debate no âmbito do grupo setorial é compartilhada e disse que gostaria de deixar claro, que a proposta hoje apresentada para conhecimento de todos, foi deliberada em votação, área por área. Lembrou terem sido dois dias de discussão e de debate, e que, portanto, não é uma proposta do Estado. A proposta que está em consulta pública foi aprovada pelo grupo setorial, portanto, todas as forças da sociedade civil, representada ali, ouvidos também os Municípios do Governo do Estado. Disse ter ficado claro, ao longo da audiência pública que todas as questões centrais, registradas durante as audiências, serão levadas em conta, do ponto de vista do julgamento técnico. Em relação ao questionamento feito por Marcos Couto, acredita ter sido formulado, com a intenção somente de deixar claro para terceiros o rito que passou novamente a detalhar. Ressaltou que, conforme o regimento, todas as propostas, formalmente protocoladas com as devidas justificativas técnicas, tanto hoje, quanto as que assim o forem até o dia 11, último dia que serão recebidas contribuições, serão analisadas. Destacou que deverá ocorrer uma reunião com o Grupo de Coordenação Estadual, e para este grupo funcionar, o estado terá que fazer, neste mês, quatro reuniões setoriais. Relatou que terá que convocar, para que sejam eleitos os seus representantes, o Vale do Ribeira e o Litoral Sul. Esse trabalho, bastante difícil, já foi feito pela equipe da CPLA. Completou que a Baixada Santista também será convocada, inclusive com pauta propositiva, porque lá já vige o zoneamento ecológico-econômico, feito inclusive, por esse grupo, em 2013 cuja a avaliação ainda tá por se fazer. Disse que, de forma igual, irá o Grupo Setorial do Litoral Norte, será novamente convocado. Somente após as quatro convocações o Grupo Setorial será convocado, e nada pode ser encaminhado ao CONSEMA que não seja feito pelo Estado. Portanto, não é a proposta *stricto sensu*, feita pelo grupo. Tanto os ajustes técnicos quanto os ajustes jurídicos serão feitos pelo Estado, conforme é de conhecimento geral; daí então, o CONSEMA deliberará sobre a proposta final, momento no qual ainda poderão intervir todas as forças. Afirmou que é desta forma que serão feitos os encaminhamentos. Disse só gostaria de reiterar e que fique claro, não para Marcos Couto, que conhece o rito, mas para todos os presentes, que o Estado não vai procrastinar, nem retardar a finalização do processo, que está previsto ocorrer até dezembro. Destacou, que o tempo é curtíssimo, não havendo mais espaço para discussões, porque já foram feitas durante vários anos. **Eduardo Trani** afirmou que o projeto está muito adiantado, e tem certeza que os ajustes serão, absolutamente, pontuais para que se acorde uma proposta técnica, que o grupo, tecnicamente, já deliberou, inclusive. Portanto, isso será realizado dentro dos prazos e é essa a ordem que tem do governo para que se encaminhe ao governador, em tempo. Do ponto de vista técnico disso que era isso que gostaria de dizer, além de observar ter sido uma excelente audiência, na qual pode-se ouvir as diferentes vozes e todas elas, inclusive foram registradas. A conselheira do CONSEMA e assessora da CPLA, **Lucia Bastos Ribeiro de Sena** disse que se sentia muito feliz por ver companheiros que há 12 anos discutem o assunto. Como se pode constatar aqui, acredita ter ocorrido um imenso avanço nessa nova proposta do Gerenciamento Costeiro, e que sem dúvida nenhuma, foi possível acertar e adequar algumas coisas que em 2004 talvez não tenham ficado tão boas, até porque, não se dispunha naquela ocasião, de todo o aparato técnico que se tem hoje, para saber o nível de ocupação, dentre outros muitos outros aspectos que devem ser considerados. E, especialmente, para que se possa garantir que o meio ambiente seja conservado de uma maneira

Página 17 de 18



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

adequada, porque essa tem sido a luta do Sistema do Meio Ambiente, durante várias décadas. Disse gostaria de colocar algumas observações em relação a algumas coisas que foram ditas ao longo da audiência, de forma a esclarecer um pouco mais a população, que imagina, depois de 12 anos, já esteja até bastante esclarecida, tanto que a participação foi muito grande. Em primeiro lugar, disse que uma lei está sendo regulamentada. Então esta lei não é a lei ideal, pois é uma lei que tem um espírito de 15 anos atrás, e que hoje, se fosse refeita teria características um pouquinho diferentes. Por esse motivo, algumas solicitações que foram feitas não poderão ser atendidas por conta de certas amarrações que se tem por conta da lei. Em segundo lugar, em relação, aos empreendimentos de interesse social, disse gostaria de observar que a lei permite, através do artigo 42 e da nova proposta, inclusive, que eles possam ser implantados em qualquer das zonas. Portanto, acima de qualquer zoneamento, os empreendimentos de interesse social, certamente poderão ser implantados. Isso foi um dos cuidados que se teve, que, infelizmente, em 2004 ainda não havia sido colocado. Algumas propostas, como por exemplo, a formulada pelo Edu, com relação a cubagem, havia lhe sensibilizado, mesmo porque, também foi apresentada na audiência da noite anterior, com uma série de ponderações técnicas convincentes demonstrando que o caminho seja realmente a alteração desse artigo. Afirmou que tudo o que está sendo recepcionado, nessas quatro reuniões, e como o próprio Marcos Couto disse, foram feitas exatamente para possibilitar a população dos quatro municípios, estarem mais perto e poderem, realmente, se manifestarem. Disse que foi possível observar a existência de demandas dos dois lados, pois durante as manifestações pode-se constatar que muitos acreditam que o ZEE está aberto demais e, por isso, uma série de zonas deveriam ser mais restritivas; outros, por outro lado, acreditam que esse zoneamento deve ser flexibilizado. A conselheira do CONSEMA e assessora da CPLA/SMA, **Lúcia Bastos Ribeiro de Sena** **Lúcia Bastos Ribeiro de Sena** disse que com a experiência adquirida, em 30 anos de gestão ambiental, pode dizer a todos que isso confere a certeza que a proposta está correta, pois se houvesse apenas um lado satisfeito possivelmente havia algo de errado. Acredita que está se tratando com um assunto que é muito difícil, e que esbarra com interesses pessoais; tem muita gente no grupo, fora do grupo que está defendendo seus próprios interesses, o que é totalmente legítimo, mas o papel de Estado é tentar achar o equilíbrio entre as partes. Afirmou que é certo que é isso que a equipe da Secretaria de Estado do Meio Ambiente pretende e, é isso que irão lutar para que ocorra; e que, certamente o CONSEMA dará o aval para aquilo que está sendo proposto, ou seja, algo que seja o mais adequado para a sociedade do Litoral Norte. Agradeceu a todos aqueles que participaram inclusive a querida equipe executora. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, responsável pelo Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.